

912

ÓRGÃO DA COMISSÃO
EXECUTIVA NACIONAL DO PT



BOLETIM NACIONAL

Nº 89 - Julho/94 - R\$ 1,00

ISTO É UM
ASSALTO REAL
COM UM
REVÓLVVER
EXPURGADO...



O pesadelo Real

O povo brasileiro vive um novo pesadelo recessivo. A análise que os economistas do PT fazem do plano eleitoral de FHC está nas páginas 4 e 5

BANCADAS

Insuportável cheiro de pizza invade o Congresso que absolveu mais três anos do orçamento
Página 7

COMITÊS POPULARES

A meta é criar dez mil Comitês Pró-Lula até 31 de julho
Páginas 2 e 3

INTERNACIONAL

Lula encontra Mandela para examinar o futuro das relações dos dois países
Página 7

PROGRAMA DE GOVERNO

Um resumo do Projeto Emprego está na
Página 6

Apoio a Lula

Em manifesto dirigido aos trabalhadores rurais, lideranças da FETAG e CONTAG pedem o envolvimento político do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais no sentido de debater as questões agrárias e agrícolas do país, aproveitando o importante quadro político nacional, com as eleições de outubro. O manifesto mostra as contradições do sociólogo FHC que “não teve o menor escrúpulo em abandonar seus ideais social-democráticos e abraçar com fervor uma aliança que comporta as oligarquias rurais e o latifúndio, políticos corruptos e empresários desonestos e partidos como o PFL (e adjacências) que sempre deram sustentação às elites que arrasaram com a economia nacional; quebraram o Estado brasileiro e colocaram o país nesta situação de caos que estamos vivendo”.

O documento diz ainda que “como se não bastasse, (FHC) utiliza-se de um pacote econômico de eficácia duvidosa e de todo o aparato estatal como trampolim para a sua candidatura, num flagrante estelionato eleitoral”. As lideranças reforçam que, do outro lado, Lula conseguiu aglutinar em torno de sua candidatura “o que tem de melhor na tradição das lutas democráticas, humanistas e socialistas, credenciando-se cada vez mais como o legítimo representante dos ideais transformadores, tão almejados pelos trabalhadores e pelo povo brasileiro...Lula se firma de maneira definitiva na grande esperança nacional e na única oportunidade que temos

para resgatar a cidadania e a dignidade do povo brasileiro”.

Por fim, o manifesto recomenda a “todos os companheiros e companheiras a se engajarem com vigor nesta importante e histórica campanha eleitoral”.

Assinam o manifesto: Juarez Lopes Pereira, José Raimundo de Andrade (Dé), José Roberto Faro (Beto) e Francisco Sales de Oliveira da CONTAG. Manoel José dos Santos, Francisco Miguel de Lucena, Guilherme Pedro Neto, Manoel Pereira da Silva, Airton Luis Faleiros, Ana Izabel e Adonias Igino de Souza presidentes da FETAG de PE, CE, GO, AC, PA/AM, RO, e PI; Sebastião Neves Rocha — coordenador geral da FETAG/MG; Matilde Oliveira de Araújo e Antonio José Oliveira — tesoureiros da FETAG de RO e PI.

Manifesto

O candidato da Frente Brasil Popular à presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva, receberá um manifesto de intelectuais e artistas no próximo dia 18, durante o Congresso da SBPC, que se realizará em Vitória-ES.

Diz o manifesto: “O Brasil encontra-se diante de um momento decisivo de sua história: a oportunidade de promover a maioria social à condição de maioria política...”

A eleição de Lula assegura a pluralidade política e cultural indispensável à retomada do desenvolvimento do país em benefício de todos. Sua vitória resgatará a cidadania e a soberania da Nação brasileira.”

EDITORIAL

Os Comitês Populares e a Campanha Lula

Desde 12 de junho, quando foi dada a largada para a criação dos Comitês Populares através do slogan “Apaixone-se por esta Campanha”, multiplicam-se em todo o país as iniciativas mais variadas de criação de núcleos de apoio à candidatura Lula.

A Coordenação Nacional conchama dirigentes, militantes e apoiadores para, até o final de julho criarmos 30.000 comitês populares, em todo o país.

É preciso ter clareza de que nossa militância será o elemento diferencial desta campanha. Ela é a arma que caracteriza nossas campanhas. Os outros podem ter dinheiro, meios de comunicação, planos “pesadelos” e outros recursos, mas não têm a paixão, a generosidade e a garra de nossa militância. Os comitês populares e setoriais constituem uma forma de organizar e articular essa energia.

Queremos vencer as eleições, governar e realizar as reformas estruturais previstas em nosso programa. A organização e mobilização social serão fundamentais para construirmos essa governabilidade. Os comitês populares devem ser embriões destes núcleos de apoio e sustentação de nosso governo.

Liberdade

Os comitês populares devem ser criados com a máxima liberdade e criatividade. Não nos interessa impor formas rígidas. Qualquer espaço, qualquer sala, cozinha, garagem, bar, salão po-

dem “abrigar” um comitê.

Acreditamos que um comitê deve ter a função de distribuir materiais de campanha, informar e, também, discutir o programa de governo, a campanha e a conjuntura.

O comitê nacional fornece um conjunto de materiais básicos que auxiliam a formação de um comitê popular. São cartilhas com subsídios para a discussão, faixas que anunciam a existência do comitê naquele local, panfletos e adesivos. Este material pode ser obtido, também, nas sedes estaduais de campanha.

Além dos comitês populares, já estão formados diversos comitês setoriais que, tendo uma coordenação em São Paulo, devem ser constituídos em cada estado e cidades pelo país. São Comitês Sindicais, Fórum de Comitês Religiosos, Comitê de Juventude, da Terceira idade, de Lutas Urbanas, Saúde, Educação, Esportes e Lazer, Gays e Lésbicas, Mulheres, Negros, Cultura, Assuntos Indígenas, Portadores de Deficiência, Assistência Social. Além destes, podemos citar outros comitês como o dos companheiros das Lutas Antimanicomial, dos Caminhoneiros e dos Catadores de Papelão de São Paulo. É esta multiplicidade de iniciativas e criatividade que vai construir a rede vitoriosa da Frente Brasil Popular pela Cidadania.

Gilberto Carvalho
Secretário Geral Nacional

BOLETIM NACIONAL

O Boletim Nacional é uma publicação quinzenal da Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores Rua Conselheiro Nébias, 1052 CEP 01203-002 - São Paulo/SP Fones (011) 223.7999/7904 Fax: (011) 222.9665
Secretário de Comunicação
Markus Sokol
Secretário Adjunto
José Américo Dias

Julho/94 — Nº 89

Jornalista Responsável
Marisa Lourenço MTb 18.321
Colaboradora
Myrian Alves
Edição Eletrônica
William Aguiar
Assinaturas
Ronney Lopes Silva
Expedição
Davi Silva
Impressão
Central Print

Para maiores informações sobre os comitês populares, você pode ligar para o Comitê Nacional — fone: 861.3155, ramal 253 e falar com Rochinha, Bruno, Hélio ou Dalva.

As novidades do Comitê Lula

A campanha entra, a partir de agora, na sua segunda fase com o enfrentamento do Plano Real. A meta é a máxima estruturação interna para a massificação após a copa. Já estão formados 21 comitês setoriais nacionais (editorial, pág. 2). Para criá-los nos estados (o prazo limite é 20 de julho), basta entrar em contato com os responsáveis nacionais pelo telefone (011) 861.3155, ramais 232, 233, 250 — sala onde funciona a Organização e Mobilização — ou ramal 253, do Contato com os Estados — um serviço de atendimento a todas as demandas, que serão cadastradas e distribuídas a cada área do comitê, com controle informatizado do atendimento e resposta.

É importante anotar os ramais porque a telefonia dispõe agora de um serviço de auto-atendimento. Quem liga para cá disca o ramal do setor em que deseja falar.

Materiais

A coordenação de Mobilização já dispõe de vários materiais como: cartilhas “Como formar um Comitê Popular” e “Porque eleger Lula Presidente” e faixa “Aqui tem Comitê Popular”. Estão sendo produzidos a edição do Programa de Governo (pequena tiragem sai no dia 15/07), Programa de Governo em Versão Popular, Fascículos Temáticos, Orientação para fisca-

lização de votação e Apuração, um tablóide de orientações gerais para engajamento na campanha e jingles de campanha e especial dos caminhoneiros. A palavra de ordem agora é multiplicar ao máximo os comitês populares — meta: 10 mil até 31 de julho.

O dia 8 de julho foi escolhido como dia nacional de mobilização e finanças. Outras datas de mobilização nacional são: 15 de julho — lançamento do Programa sobre Micro, Pequena e Média Empresas, via TV Executiva/Embratel; 22 de julho — dia nacional de denúncia da violência contra crianças (informações com Mauro, ramal 232); 24 e 25 de julho — dia do trabalhador rural (informações Mônica ramal 221/222); 8 a 11 de agosto — semana da juventude; 7 e 21 de setembro.

Lula já!

O boletim de campanha Lula já pode ser recebido por quem tiver fax-símile (informações com Ronney, ramais 230 e 231). Esse boletim deve ser distribuído para os principais pontos e setores da campanha nos estados.

Lembramos, por fim, que o jornal Brasil Agora é o veículo oficial da campanha e, a partir de 15 de julho passa a ser semanal. É fundamental apoiá-lo com massiva campanha de assinaturas.

Coordenação ampliada

A coordenação nacional da campanha Lula Presidente foi ampliada. Na reunião dos dias 25 e 26 de junho, o Diretório Nacional aprovou a ampliação do comando da campanha, que passa de 13 para 19 membros. O Secretário Nacional de Finanças do Partido, Lauro Marcondes, que concorre a uma vaga na Assembléia Legislativa de São Paulo e integrava a coordenação pediu seu afastamento para poder se dedicar a sua campanha. Em seu lugar entra a secretária Nacional de Movimentos Populares do PT, Sonia Hypolito, que coordenará, junto com Gilberto Carvalho, o setor de Organização e

Mobilização da campanha.

Os seis novos integrantes do Comando Nacional de Campanha são: Clara Ant, que permanece assessorando diretamente o candidato; José Luis Fervereiro que integra a coordenação como representante da Frente; Bruno Maranhão coordenando a criação de Comitês Populares; João Machado, ao lado de Marco Aurélio Garcia, integra a coordenação de Programa de Governo; José Genofino responsável pelas relações institucionais e Francisco Weffort, responsável por analisar a evolução da conjuntura.

Armação (i)limitada

A grande imprensa bem que tentou, mas não conseguiu relacionar o senador José Paulo Bisol aos anões do orçamento.

Tentaram, em vão, colocar Bisol contra o PT e vice-versa. O PT e a Frente Brasil Popular pela Cidadania não têm — nunca tiveram — qualquer dúvida quanto ao caráter do senador, que mostrou à população como deve ser o trabalho de um parlamentar. Nas CPIs do PC e do Orçamento, Bisol (PSB-RS) foi um dos mais ferrenhos e intransigentes parlamentares que investigaram a máfia que corroe o Congresso.

Elucidando o caso

Sem representantes no parlamento federal, o prefeito de Buritis (MG) pediu ao senador que apresentasse as emendas. O senador afirma que só aceitou apresentá-las com a garantia de que isso lhe não traria benefícios. Como mostrou o *Jornal da Tarde*, a população daquela cidade precisava das verbas federais para a construção de duas pontes.

Hoje, a assessoria técnica do senador já mostrou que os valores

das emendas foram rasurados. A imprensa chegou a falar em superfaturamento — só pode haver superfaturamento quando há faturas, e as emendas sequer chegaram a tramitar no Senado. No dia 29 de junho, Bisol retirou as emendas. A grande imprensa chegou a afirmar que o PT “absolveu” Bisol, como se houvesse um julgamento. As elites e seus porta-vozes tentam a qualquer custo breçar a candidatura Lula. Não conseguem. Nesta semana, o senador Bisol está investigando quem fez as rasuras nas emendas. A assessoria de Bisol disse que a empreiteira AMW e o ex-deputado Wilson Cunha estão envolvidos nessa armação política. Como constituinte de 88, Lula defendeu a apresentação de emendas ao Orçamento — “de outra forma, tudo ficaria sob controle do Executivo”. O problema que ainda vigora, lembra o deputado José Genofino, é que “não se pode apresentar emendas enquanto o Orçamento não mudar sua sistemática”.

Rede Rua: saiba como usar

Uma rede alternativa de TV, com o objetivo de transmitir orientações de campanha para os militantes do PT e da Frente Brasil Popular. Isto é a Rede Rua, que pela proposta inicial, funcionaria com programas semanais de uma hora de duração e transmitidos via satélite — podendo ser captado pelos militantes que dispusessem de antena parabólica. A Rede Rua chegou a estrear, mas um recurso apresentado à Corregedoria Eleitoral de São Paulo impediu as exibições. Luis Eduardo Greenhalgh, advogado do PT e um dos coordenadores da campanha Lula, recorreu ao TSE e ainda aguardamos o resultado.

De mão em mão

Mas a Rede Rua continua. A TVT está distribuindo as cópias dos programas às coordenações de comu-

nicação das campanhas estaduais, através do correio ou por avião.

“Já que não podemos transmitir essas instruções simultaneamente, via satélite, estamos fazendo a distribuição de mão-em-mão”, explica Sandra Recalde, da TVT. “Cada candidato a deputado, comitê setorial, lideranças de movimento organizado, entre outros, pode e deve ter cópias dos programas para exibí-los em reuniões, debates e outras atividades”.

O que muda nessa nova fase do projeto é a forma dos programas. A idéia inicial era de matérias curtas, reportagens. Agora eles passam a ter matérias mais longas e com maior durabilidade, ou seja, que possam ser utilizadas até o final da campanha, como por exemplo, a biografia do candidato e as caravanas da cidadania.

O Plano Real é claramente eleitoral. Na sua derradeira fase o Plano mostra-se inconsistente com os seus pressupostos. O novo plano, que foi vendido como diferente e imaginoso, acabou sendo reduzido ao velho aperto monetário, concentrador de renda e recessivo. A fixação de metas monetárias rígidas, sem o conhecimento da ação dos agentes econômicos em relação à demanda de moeda, pode gerar enormes dificuldades, tensões e problemas. Os riscos e a ilusão da reforma monetária são evidentes, principalmente na ausência de reformas estruturais que enfrentem as raízes dos problemas econômicos-sociais do país. O agravamento do conflito distributivo e do processo de concentração da renda e da riqueza decorrem do congelamento de salários e liberação de preços.

O Plano Real deixa uma trágica herança para o próximo governo

O Plano foi concebido para alicerçar-se numa reforma fiscal, que revelou-se incipiente e socialmente perversa, e num suposto alinhamento de preços com a URV, que dispersou os preços e puxou a inflação para um patamar mais elevado. Na verdade, o ajuste orçamentário recaiu sobre os gastos com saúde, educação, habitação e outras despesas sociais, já comprimidas por diversos governos, com efeitos visíveis sobre a mortalidade infantil e as epidemias relacionadas com a miséria e desnutrição, como o cólera e a meningite. Tudo isso para pagar a conta de juros sobre a dívida interna, aumentada pelo governo para atrair capitais externos e criar um volume de reservas dispendiosos e exagerado, para bancar a farsa da dolarização. O governo está arcando com o ônus de pagar o diferencial de juros entre a aplicação das reservas no mercado internacional, cujas taxas são muito mais baixas, e as taxas de juros internas, sobre os títulos que tem de emitir para

enxugar a entrada dessas reservas no mercado brasileiro. Criou os pressupostos da dolarização, pagou o seu preço e, na última hora, acabou optando por uma restrição monetária tradicional. Entretanto, todos esses cortes nos gastos sociais serão inócuos para equilibrar as contas públicas, uma vez que as despesas financeiras do orçamento de 1994 estão visivelmente subestimadas e deverão alcançar US\$ 18 bilhões, muito acima da previsão de US\$ 7,7 bilhões. Por outro lado, a tentativa de alinhamento de preços com a URV ressentiu-se de um mecanismo de coordenação das expectativas e desencadeou uma corrida dos preços que empurrou a inflação para cima e corroeu os salários em cerca de 9%, somente no período de março a junho. Não é possível combater inflação inercial e transitar para uma moeda desindexada sem uma política de rendas (preços e salários) que estabeleça regras negociadas para a conversão de preços, salários e tarifas.

Ao contrário do que tem dito o governo, os salários perdem com o Real

A ausência de qualquer mecanismo de coordenação e controle de preços, aponta para uma inflação de 5% a 6% em URV, em junho. O governo argumenta que os salários de baixa renda, sem acesso a contas remuneradas, ganham com a queda da inflação. Porém, a

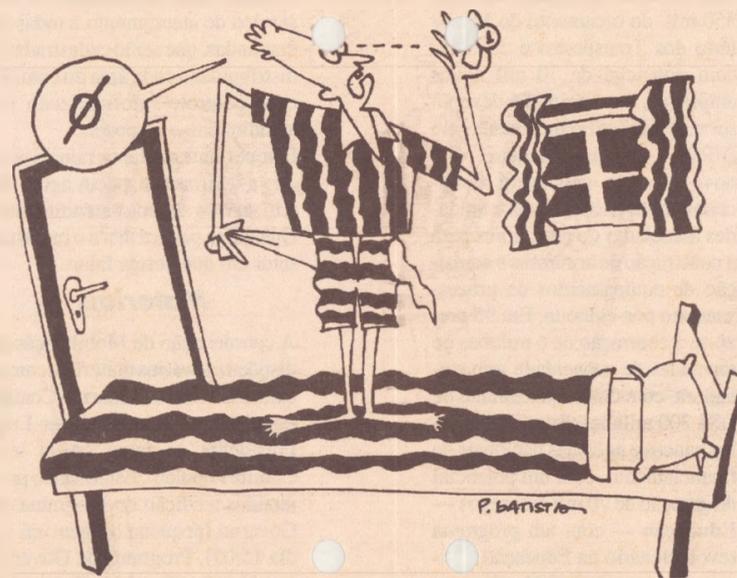
verdade é que esses salários já perderam cerca de 10% de seu poder aquisitivo entre março e junho e o pouco que ganham com a queda da inflação em julho, logo será engolido pela inflação do real. O salário mínimo de 64,79 URV não vale mais do que R\$ 58 em 1º de julho. O ganho que resultará da queda da inflação sequer reporá os R\$ 64,79. Portanto os assalariados mais pobres também perdem com o Real.

O mínimo de R\$ 70 a ser pago daqui a três meses será dilapidado pela inflação em real

Segundo dados do DIEESE a cesta básica já subiu em real mais de 17,0% em relação ao salário mínimo de março a junho. A partir de julho, os salários só serão corrigidos na data base de cada categoria. Os salários negociados não poderão ter qualquer cláusula de indexação por período inferior a 12 meses. Mais uma vez os salários estarão defasados e terão de correr atrás dos preços.

Política monetária

O Plano Real estabeleceu duas âncoras para a expansão da moeda: a necessidade de lastro em reservas e um limite à emissão da base monetária de R\$ 9,5 bilhões até março de 1995. Na forma em que se encontra, o primeiro lastro é apenas pró-forma, pois com as reservas no nível atual de US\$ 40 bilhões, este seria o limite à emissão — muito superior ao previsto para os próximos meses. O lastreamento



em reservas, contudo, deixa aberta uma porta para um possível aprofundamento da dolarização com conversibilidade — como previa o desenho inicial do Plano —, com consequências nefastas para a economia nacional. Já a meta quantitativa de emissão, ou é inócua ou é extremamente perigosa. Com o País saindo de um longo processo inflacionário, é difícil prever qual será a demanda de moeda com a redução inicial da inflação. Se for inferior ao limite estabelecido, então este não tem função. Se, entretanto, o processo de remonetarização for mais intenso que o esperado ou as pressões inflacionárias voltarem em poucos meses, então a tentativa de manter metas deve jogar as taxas

reais de juros na lua — paralisando a economia do País — e ainda assim dificilmente sendo suficientes para conter a expansão da base monetária. Mais importante é que nem a âncora em reservas nem a âncora quantitativa contribuem para manter o déficit fiscal e restringir a entrada de divisas no País. Para tanto seria necessário estabelecer restrições ao crescimento do conceito amplo de liquidez, o M4. A expansão de moeda com o déficit ou com a entrada de dólares pode continuar sendo enxugada com a colocação de dívida pública em mercado a taxas altíssimas. Embora o governo diga que quer controlar o déficit e a entrada de moeda estrangeira, as restrições

monetárias do Plano Real não contribuem em nada para isso. Trata-se apenas de um jogo de cena — mas um jogo de cena perigoso —, pois se as metas monetárias forem subestimadas corre-se o risco de asfixiar inutilmente a economia, com consequências trágicas para os trabalhadores. No final, a entrada de capitais estrangeiros deverá ser restringida pelo sistema de bandas, que pode pagar menos reais pelos dólares que entrarem. Se as âncoras do Real são fictícias, o poder concedido ao novo Conselho Monetário Nacional e à nova eminência parda da economia brasileira, a Comissão Técnica da Moeda e do Crédito, é bastante real. Através destas medidas, o Plano afasta o Congresso Nacional de matérias que, pela Constituição, são de sua competência e dá carta branca ao Poder Executivo para escolher os rumos da política monetária e financeira do País.

Desequilíbrios

A natureza eleitoral do Plano Real é evidente quando se considera que desde sua primeira fase há uma completa negligência com relação a ajustes estruturais necessários à estabilização macroeconômica. Pelo contrário, a criação do Fundo Social de emergência e o retorno a formas autoritárias de gestão orçamentárias são exemplos de como o atual governo trata os problemas sem enfrentar os desequilíbrios e as causas estruturais. Dentre as questões estruturais pode-se mencionar uma reforma fiscal efetiva, investimentos significativos na infraestrutura social e

econômica, política de geração de empregos, criação de mecanismos de financiamento de longo prazo, reordenamento do setor público, combate às estruturas permissivas de mercado e práticas comerciais predatórias, vulnerabilidade externa, e constituição de mecanismos democráticos e transparentes de controle social das decisões governamentais. A Medida Provisória cria o fundo de Amortização da Dívida Pública Mobiliária Federal com o objetivo de resgatar títulos do Tesouro e pagar juros. A função do Fundo é gerar recursos para fechar as contas de um governo que foi incapaz de promover um ajuste fiscal consistente.

O Fundo de Amortização envolve um enorme risco de privatização selvagem e dilapidação do patrimônio público

Isto porque concentra nas mãos do ministro da fazenda o poder extraordinário de dar ordens de alienação de ações pertencentes à União, sem controle social algum. O absurdo desse Fundo é que ele pretende resgatar dívida que foi criada pelo aumento abusivo das taxas de juros que, entre outras coisas, aumentou o serviço da dívida pública interna prevista em US\$ 7 bilhões para US\$ 17 bilhões em 1994. De fato, com o fundo de amortização o governo dilapida o patrimônio público. Tal como no modelo argentino, as

privatizações são aceleradas com absoluta ausência de qualquer diretriz de política industrial, podendo dificultar a necessária reestruturação produtiva de setores estratégicos, prejudicando a competitividade futura da economia brasileira. O caráter eleitoral do Plano é evidente na medida em que, além de não vir acompanhado de reformas estruturais, ele agrava os desequilíbrios já existentes — o que deixa uma trágica herança para o próximo governo.

Pesada herança

O Plano Real deixará uma pesada herança para o próximo governo: o agravamento da situação fiscal devido à irresponsabilidade política de juros dos últimos meses, a perda salarial acumulada até o fim do ano e as tensões inflacionárias devido ao atraso no câmbio e nas tarifas públicas.

O caráter eleitoral do plano levou o governo a detonar a sua terceira fase sem que os pré-requisitos estivessem satisfeitos

Por isso, a entrada na terceira fase é desastrosa. A disputa entre preço e salários teve um poder claro. Os juros, que já estavam muito altos, serão mantidos nas nuvens, comprometendo o ajuste fiscal e estrangulando gastos essenciais do governo com saúde, educação e infraestrutura. A desaceleração da economia já vem sendo observada e o aumento do desemprego é inevitável. Por último, devido a inflação acumulada entre julho e dezembro, as perdas salariais e o atraso do câmbio e das tarifas darão origem a enormes demandas por indexação. As tensões são crescentes e incentiváveis. Portanto, não é desprezível a herança a ser deixada pelo Plano Real para o novo presidente. É dever do PT, cujo candidato desponha como virtual Presidente do Brasil, denunciar a irresponsabilidade deste plano.

Real é mais um pesadelo

“Vivemos o congelamento da miséria. Esta é a nona experiência recessiva a que o povo brasileiro é submetido. O Partido dos Trabalhadores tem o dever de denunciar a ilusão criada pelo governo e por FHC com seu Plano Eleitoreiro” — declarou Lula na véspera da implantação do Real. Eis a avaliação que os economistas do PT fizeram do Plano

Mais e melhores empregos para os brasileiros

O governo Lula vai criar oito milhões de empregos. Esta ação está associada ao crescimento econômico que ele promoverá

O BN resume nesta página as principais propostas contidas no Projeto Emprego — um dos projetos especiais que traduzirão para a sociedade nossas propostas para o Brasil, nosso Programa de Governo. A proposta sobre emprego veio em primeiro lugar porque esse problema desponta como aspiração mais urgente entre os brasileiros.

Desafio estratégico

Oito milhões de brasileiros estão hoje sem emprego.

Ao atual contingente de desempregados devem somar-se a cada ano 1,5 milhões de trabalhadores. Mantida a atual situação, chegaríamos ao ano dois mil com 15 milhões de desempregados. Daí a necessidade urgente deste programa de geração de empregos englobando um conjunto de ações que combinem a intervenção do Estado com o fomento às iniciativas de empresários e trabalhadores.

O eixo central de uma consistente política de recuperação do emprego residirá na ampliação do nível de investimento total da economia brasileira, dos 16% do PIB verificados em 1993 para cerca de 25%. Esse processo exigirá mudanças no sistema de crédito, vinculando-se os financiamentos ao cumprimento de cláusulas sociais.

Frentes de combate

O problema do emprego no Brasil será combatido em três frentes. A primeira diz respeito aos desempregados, a segunda corresponde à enorme parcela segregada ao setor informal e a terceira está relacionada com o processo de reestruturação produtiva que gerou forte deslocamento de trabalhadores de seus postos.

O programa de empregos tem por objetivo atacar esses problemas simultânea e articuladamente. Sua organização se dará na área de competência do novo Ministério do Trabalho, através de convênios

com estados, municípios e organizações da sociedade civil. Esse sistema será gerido por conselhos tripartites paritários em cada esfera de governo.

As políticas ativas de emprego não podem ser realizadas exclusivamente pelo governo federal, sob pena de se tornarem ineficientes e distantes das realidades locais. A forma mais adequada é aquela que atribui à União o papel de promotor, regulador e fiscalizador dessas políticas, mas atribui à sociedade o papel de defini-las e às instâncias locais de governo sua execução.

O rompimento com a recente trajetória da economia brasileira permitirá criar, no período de 95 a 98, no mínimo, oito milhões de novos postos de trabalho. Paralelamente o novo governo se empenhará na formalização do emprego de 14 milhões de trabalhadores que hoje possuem vínculo precário ou de nenhum tipo. Em um cenário de elevação massiva dos investimentos nacionais e internacionais, com otimização do ritmo de retomada do crescimento econômico, será viável ultrapassar a geração de 12 milhões de novos postos de trabalho, no mesmo período.

Consumo e Emprego

O processo de geração de empregos terá como um de seus alicerces fundamentais uma ampla reforma da estrutura de produção agrícola para aumentar a oferta interna de alimentos e elevar o potencial de geração de empregos no meio rural. A essa reforma está associada uma política industrial que — sem negligenciar a modernização tecnológica e incremento da produtividade das empresas brasileiras — estimulará ações que tenham como objetivo a criação de novos empregos no setor manufatureiro e em todos os segmentos ligados à produção e comercialização de mercadorias.

O estabelecimento de uma política

de aumento dos gastos públicos com Saúde e Educação também terá um grande impacto em termos de criação de novos postos de trabalho. Da mesma forma, deverão ser criados empregos através da execução de uma política de recuperação da malha de transportes do país. Em suma, o tratamento da questão do emprego situa-se no contexto de construção de um novo modelo de desenvolvimento.

A elevação progressiva do poder de compra do salário mínimo será uma das principais ferramentas para a construção do mercado de consumo de massas. Considerando que cerca de 30 milhões de brasileiros têm rendimento médio mensal equivalente a um salário mínimo, sendo este elevado, numa primeira fase, para US\$ 115, isto geraria cerca de US\$ 20 bilhões em aumento da demanda por bens e serviços. Haveria um crescimento de cerca de 4,4% no PIB. Vale ressaltar que a maior parte dos bens de consumo popular que serão objeto do incremento do poder aquisitivo do salário mínimo é produzida por segmentos que utilizam mão de obra intensiva e deverão, necessariamente, contratar mais pessoal.

Infraestrutura

Serão implementados programas de: **Saneamento** — o programa de saneamento do novo governo beneficiará cerca de 30 milhões de pessoas carentes, gerando entre 250 e 375 mil empregos anuais junto à mão de obra pouco qualificada. Isto representaria um custo aproximado de US\$ 500 milhões por ano em salários. Os recursos necessários serão obtidos através dos fundos públicos. A partir de 1996 poderão ser adicionados recursos advindos do Fundo Nacional de Solidariedade e de fontes internacionais de financiamento —; **Estradas Vicinais** — o governo central concederá financiamento

às prefeituras e aos departamentos estaduais de rodagem para a regularização/perenização de vias vicinais, desde que utilizadas tecnologias de baixo custo e intensivas em mão-de-obra. No primeiro ano será possível recuperar e construir 25 mil km de rodovias vicinais com recursos da ordem de US\$ 350 mil, do orçamento do Ministério dos Transportes e do P.T.T., com potencial de 70 mil novos empregos. A partir de 96 deverão ser viabilizados financiamentos do BIRD —; **Armazenagem** — o novo governo concederá financiamento às cooperativas e unidades associadas de produtores para a construção de armazéns e aquisição de equipamentos de processamento pós-colheita. Em 95 prevê-se a construção de 6 milhões de toneladas de capacidade armazenadora, com custo aproximado de US\$ 300 milhões, financiados pelos bancos e agências nacionais de financiamento, com um potencial de geração de 70 mil empregos — **Educação** — com um programa revolucionário na Educação, criamos a geração de 300 mil postos de trabalho permanentes, além da demanda por emprego decorrente da recuperação da rede pública e da construção de novos equipamentos —; **Saúde** — só no eixo Rio-São Paulo há nove mil leitos públicos inativos. O emprego direto para recuperação dessa capacidade é de 36 mil profissionais. Nessas cinco áreas, tais programas serão executados através de convênios entre os gestores dos fundos sociais e as prefeituras, sendo prioritariamente utilizados os “mutirões remunerados” em situações emergenciais e/ou empresas locais para a execução das obras. Para poderem participar, as empresas contratadas deverão ter sua mão-de-obra formalizada, garantindo todos os direitos sociais e a promoção de cursos de qualificação para os trabalhadores.

RELACÕES INTERNACIONAIS**Lula encontra Mandela**

Apresentado por parte da imprensa brasileira como iniciativa de *marketing* político, o encontro de Lula com o presidente Nelson Mandela, dia 21 de junho, em Pretória, transcendeu em muito o mero compromisso de agenda eleitoral. O candidato do PT discutiu com Mandela não só as muitas coincidências programáticas da luta de ambos, como examinou o futuro das relações dos dois países.

Com o fim do *apartheid*, o comércio bilateral brasileiro teve um pequeno crescimento. As relações dos dois países poderão experimentar nos próximos anos uma considerável expansão. África do Sul figura no Programa do PT — ao lado da China, Índia e Rússia — como um dos países com os quais o futuro governo Lula deverá estabelecer relações privilegiadas. Com 40 milhões de habitantes e um plano que visa integrar grande parte da população marginalizada ao mercado e à produção, a África do Sul passa a oferecer grandes atrativos para as exportações brasileiras. Ao mesmo tempo, uma política de expansão do mercado interno brasileiro — prevista pelo Programa de Lula —, junto com o Mercosul, oferecerá à África do Sul grandes oportunidades para seu comércio exterior.

Na conversa com Mandela, da mesma forma que nos encontros com Jay Naidoo, ministro para a Reconstrução Nacional e com o vice-ministro das Relações Exteriores, a delegação do PT insistiu que as relações entre os dois países não devem restringir-se ao plano comercial, colocando-se a necessidade de um intercâmbio cultural e nos domínios da ciência e da tecnologia.

Lula enfatizou que o Brasil e África do Sul podem levar adiante iniciativas comuns para obter mais rapidamente uma solução pacífica para a guerra civil que arrasa hoje Angola. O candidato do PT manifestou que a nova África do Sul terá um papel fundamental no processo de paz em todo o continente, o que está associado com a cons-

tituição de regimes democráticos e a recuperação econômica de uma das regiões mais pobres do mundo. “O Brasil deverá contribuir nesta direção”, acrescentou.

Lula viajou à África do Sul acompanhado pela deputada Benedita da Silva, candidata ao Senado pelo estado do Rio de Janeiro, por Vicentinho, presidente da CUT, por Marco Aurélio Garcia, Secretário de Relações Internacionais e Ricardo Kotscho, assessor de imprensa. Nos três dias passados na África do Sul, a delegação do PT foi recebida pela direção da Cosatu, a Central dos Trabalhadores do país.

Na Alemanha

De Joanesburgo a delegação viajou para a Alemanha. Lula foi convidado pelo Partido Social Democrata alemão e pela Fundação Friedrich Erbert para participar de um debate sobre problemas do desenvolvimento do mundo, dois anos após a Conferência ECO-92, no Rio de Janeiro.

A delegação do PT foi recebida pelo líder do PSD — provável futuro primeiro-ministro — Rudolf Scharpin, e por Oskar Lafontaine, ex-chefe do Partido e que aparece cotado como futuro ministro da Fazenda no caso dos social-democratas vencerem as eleições de outubro, como indicam hoje as pesquisas.

Lula foi igualmente recebido no ministério do Exterior e da Cooperação, quando debateu as perspectivas das relações Brasil-Alemanha.

A viagem incluiu também um encontro com empresários alemães, em Bonn, quando foram expostas e debatidas as linhas gerais do Programa de Governo do PT.

Após a volta de Lula e Vicentinho ao Brasil, o secretário de Relações Internacionais do PT, Marco Aurélio Garcia, junto com o economista Jorge Mattoso, viajou para Londres, Manchester e Edimburgo para debater com investidores no Brasil e manter contatos com o governo inglês, membros do parlamento, ONG's, imprensa e grupos políticos.

FEDERAL**Cheiro de pizza no Congresso**

Um intolerável sentimento de baixo compadrismo levou o Congresso Nacional a perdoar mais da metade dos parlamentares incriminados pela CPI da Corrupção no Orçamento, todos com provas mais que suficientes para caracterizar a quebra do decoro parlamentar. A satisfação devida pelo Parlamento à população brasileira foi amputada pelo corporativismo, por negociações espúrias e pela omissão dos que se ausentaram das votações. O cheiro de pizza que pôde ser sentido em diversos momentos ao longo dos trabalhos da CPI, acentuou-se expressivamente nas sessões em que a Comissão de Constituição e Justiça dedicou-se a examinar os processos de cada um dos parlamentares. Alguns relatores desincubiram-se eficientemente de suas funções, produzindo relatórios incisivos, densos e conseqüentes. Foi o caso dos petistas Edésio Passos, Hélio Bicudo e José Dirceu. Outros procuraram, claramente, questionar e relativizar o peso das provas, sendo que um deles teve o desplante de apresentar um parecer inconclusivo, que não propunha nem a cassação e nem a absolvição do parlamentar em exame.

A pizza de fato foi servida nas sessões da Câmara e do Senado

que absolveram tubarões do porte dos deputados Fiuzza e Ézio Ferreira e do senador Ronaldo Aragão, parlamentares contra os quais haviam provas fartas e incontestáveis. Apesar das escassas punições, no entanto, o saldo da CPI da Corrupção no Orçamento — e, antes, da CPI que resultou no *impeachment* de Collor — foi positivo. Pela primeira vez jogou-se luz na caixa preta que é o histórico processo de privatização do Estado brasileiro. Foram claramente identificados os mecanismos pelos quais poderosos grupos empresariais e políticos apropriam-se criminosamente do dinheiro público impondo, através da corrupção, obras e produtos superfaturados e muitas vezes desnecessários.

O PT considerou insuficiente inclusive o relatório final da CPI da Corrupção no Orçamento, cujas conclusões foram tímidas e apressadas. Dada a exiguidade de tempo e a fraca vontade política, apenas uma parte do imenso painel de máquina corruptora infiltrando no Estado chegou a ser detidamente analisada. Este trabalho somente será retomado e concluído com a ascensão de um governo efetivamente comprometido com a ética política e com os reais interesses populares. Lula lá.

Deputados do PT processam FHC

O PT ingressou junto ao TSE com uma representação ao corregedor eleitoral, ministro Cid Flaker, contra Itamar Franco, Rubens Ricupero, Beni Veras e Henrique Hargreaves, e contra o candidato à presidência Fernando Henrique Cardoso, por favorecimentos ilegais à campanha de FHC. A representação entregue pelo deputado federal e candidato ao governo de São Paulo, José Dirceu, elenca uma série de fatos concretos que configuram o uso da máquina administrativa federal em benefício do candidato da coligação PSDB-PFL-PTB.

A deputada Sandra Starling (PT-

MG) ingressou, no início do mês, com outra representação contra FHC junto ao TSE. A parlamentar pediu a suspensão da emissão e circulação das cédulas de Real que contenham autógrafos do candidato. A representação sustenta que a intenção de transformar as novas cédulas em “santinhos” eleitorais foi assumida pelo próprio FHC quando, no lançamento dos modelos da moeda, afirmou: “o plano está identificado com meu nome. É impossível modificar isso”. Sandra Starling lembra que a Lei 8.713/93 veda a veiculação de propaganda eleitoral em bens do Poder Público.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

Uma greve sem saldo

A prefeita petista de São José dos Campos (SP), Angela Guadagnin, acaba de enfrentar uma greve de Servidores Municipais que durou 17 dias. A categoria retornou ao trabalho no dia 30 de junho, após aprovar em assembléia um “recurso estratégico”, mas mantendo-se em “estado de greve”, segundo informou o assessor político do Sindicato dos Servidores, Adilson Leite. No início do mês, em campanha salarial e já sentados à mesa de negociações, os ânimos se acirram diante do índice de reposição oferecido pela prefeitura — 55,26%. Os servidores, que reivindicavam 147% de reajuste nos salários para repor perdas acumuladas desde 91, decidiram então pela greve. Angela assumira, durante a campanha, o compromisso de recompor gradualmente as perdas impostas em administrações anteriores. “Ela vem cumprindo sua promessa: nos 18 meses de administração a prefeita concedeu ganho real de 70,65% para o piso da categoria” explica Nydia Natali da assessoria de comunicação. Claudio Ribeiro, assessor econômico do Sindicato dos Servidores reconhece que houve ganho, mas que segundo ele, é de 11,88%.

A tensão aumentou após a primeira semana de greve. Os piquetes — que, segundo o sindicato, foram pacíficos — causaram temor suficiente para que a prefeita pedisse a imposição de um cordão de limite à guarda municipal. O chefe da guarda pediu reforço à Polícia Militar, o que os grevistas entenderam como repressão policial.

Ninguém entendeu

A categoria completava nove dias em greve (em 24 de junho), quando a prefeitura apresentou nova proposta: elevar o índice de 55,25 para 60%, criar, a partir de julho, um gatilho salarial que seria disparado quando a inflação, em real, chegasse a 5%, destinar verbas da ordem de 1% da Folha de Pagamento para bolsa de estudos, elevar o adicional

noturno de 20 para 30% e descontar apenas a metade dos dias parados. Proposta que a categoria recusou. Frente à proximidade do dia de pagamento do funcionalismo, a prefeitura enviou sua proposta à Câmara. Com a aprovação dos vereadores, os servidores, ainda em greve, receberam os salários corrigidos — 55,26% em junho e 3,05% em julho.

O prefeito de São Vicente (SP), Luiz Carlos Lucas Pedro, vai recorrer à justiça para exigir que o prefeito de São Paulo, Paulo Salim Maluf, se retrate das declarações (ao telejornal TJ Brasil), feitas no último dia 5 de julho. Com o intuito de desviar as atenções do absurdo aumento que o autorizou nas passagens de ônibus municipais de São Paulo, Maluf mentiu dizendo que as prefeituras de Santos e São Vicente cobram passagens de R\$ 0,85. Na realidade, este é o preço das passagens dos ônibus intermunicipais, que pertencem a uma empresa particular cujos reajustes foram autorizados pelo DER, um órgão estadual.

Tanto a prefeitura de São Vicente quanto a de Santos — ao contrário do que quer fazer crer o oportunis-

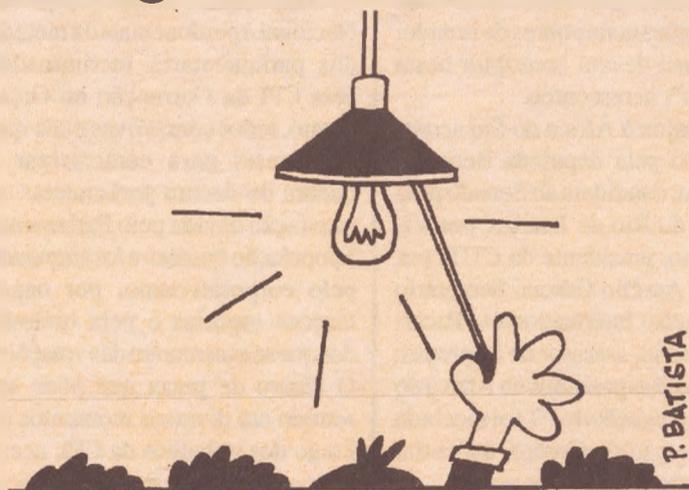
“Eles perderam uma boa oportunidade de terminar a greve nesse ponto. Depois disso ela se exauriu”, avaliou Plínio Alves de Lima, secretário de administração.

Ao menos em um ponto as duas partes envolvidas concordavam: a greve poderia ter sido evitada. Adilson disse que o sindicato tentou. “Dias antes da greve (12 de junho) procuramos a direção

municipal do PT e também do PSB para que intercedessem”. Já a assessoria de imprensa alega que “ninguém entendeu” a deflagração da greve quando as negociações estavam abertas.

Para o secretário de administração, o Plano Real complicou muito a negociação. “Eles não entenderam, por exemplo, que um gatilho salarial significa avanço na atual conjuntura econômica. Nenhuma outra categoria no Brasil conseguiu a conversão da URV pelo pico e muito menos um gatilho. Com essas propostas a administração contemplava as recentes reivindicações da CUT, garantindo o poder de compra dos trabalhadores diante das incertezas do Plano Real”, concluiu.

Dentre os outros 26 itens da pauta de reivindicações, os servidores pretendiam cesta básica (ou vale compra), um Plano de Cargos e Salários e Convênio Saúde. Para estes dois últimos pontos a administração e o sindicato dos servidores decidiram pela formação de comissões paritárias que devem apresentar propostas em 60 dias. Embora o clima continue um tanto tenso em São José, Plínio garante que vai melhorar. “Criamos uma mesa de negociação permanente e estamos dispostos a renegociar o desconto dos dias parados”, conclui.



SÃO VICENTE

Maluf mentiu

ta prefeito de São Paulo — lutam contra os abusos cometidos por essa empresa. O que Maluf desconhece é que a passagem de ônibus municipal de São Vicente hoje é de R\$ 0,44 e a do interlocal — que faz praticamente o mesmo trajeto do intermunicipal — é de R\$ 0,50 trinta e cinco centavos mais barata do que a cobrada pela empresa particular Expresso Santos-São Vicente. Luca ganhou na justiça, no dia 6 de julho, a redução das tarifas dos transportes coletivos intermunicipais da Baixada Santista — liminar concedida pelo juiz titular da 3ª Vara Cível de São Vicente, Paulo Sergio Boerges Macedo. Agora as empresas Expresso Santos-São Vicente e Viação Marazul terão de cobrar as passagens pelo preço de 30 de julho.

BRASIL
AGORA

É o veículo oficial
da campanha
LULA PRESIDENTE

ASSINE JÁ

BRASIL AGORA LTDA.

Al. Gleite, 1049 — Sta. Cecília —
CEP 01215-001 — São Paulo/SP
Fones: (011) 220.7718 / 225.0615